



FUNDAÇÃO IBIRAPUERA DE PESQUISAS

Alameda dos Jurupis, 1005 CEP - 04088-003
Moema - São Paulo - SP - Tel.: 50423293

ÍNDICE

HISTÓRICO.....	03
PROPÓSITOS	04
MISSÃO.....	05
NÚCLEO DE CONSULTORIA DA FIP.....	06
A INTERAÇÃO FIP	07
METODOLOGIA E TRANSFERÊNCIA DE “KNOW HOW”	08
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS SERVIÇOS DA FIP	10
SERVIÇOS.....	12
ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E DE SAÚDE.....	16
ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	17
ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE	18
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	22
DÍVIDA ATIVA	23
REDESENHO	28
PDDI Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado	36
PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	41
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E FEDERAL.....	52
CONCURSO	
PÚBLICO.....	53
EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	54
PREVIDÊNCIA e PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	56
EXCELÊNCIAS	75
ORGANIZAÇÃO	83
PRINCIPAIS CLIENTES	84
CURRÍCULA.....	86
DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	93



HISTÓRICO

A Fundação Ibirapuera de Pesquisa - FIP, instituída em 1997, é entidade sem fins lucrativos, criada em âmbito nacional, incumbida regimental e estatutariamente da pesquisa de ensino e do desenvolvimento institucional, científico e tecnológico conforme prevê a lei 8666/93 art. 24, inciso XIII, constituída por profissionais vinculados à Universidade Ibirapuera, com inquestionável reputação ético-profissional.

O corpo de profissionais e colaboradores está na vanguarda do conhecimento e tem as mais diversas experiências nas áreas executivas e de consultoria de Gestão.



PROPÓSITOS

Realizar estudos, pesquisas e trabalhos com demais entidades, em cooperação ou parceria, ou também de modo isolado visando o aprimoramento da área.

Promover a prestação de serviços técnicos que atendam as necessidades dos setores públicos e privados, dentro de princípios acadêmicos, que permitam simultaneamente o atendimento dos objetivos de desenvolvimento do corpo docente da Universidade;

Colaborar com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras no desenvolvimento das ciências em geral;

Promover cursos, simpósios, seminários, conferências, palestras, estudos e pesquisas visando o aperfeiçoamento e difusão do conhecimento humano.



MISSÃO

A **Fundação Ibirapuera de Pesquisas - FIP** -tem o compromisso, em âmbito nacional e internacional, de promover e estimular o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.

As linhas de atuação da instituição são, especialmente a pesquisa, o treinamento e a consultoria.

A FIP, entretanto, extrapola o seu objetivo de ensino e pesquisa e consultoria com a transferência de tecnologia e a prestação de serviços à comunidade que realiza.

A par disso tem sido conferido um caráter de ponta à metodologia dos seus trabalhos em razão do constante desenvolvimento das suas pesquisas de seus estudos e pelo intercâmbio internacional que realiza.

Assim, são inúmeros os projetos desenvolvidos, nas mais variadas áreas de especialização, capacitando-a para desenvolver estudos e prestação de serviços.

NÚCLEO DE CONSULTORIA DA FIP-

O corpo de colaboradores da FIP soma mais de 250 profissionais, com as mais diversas experiências nas áreas executivas e de consultoria de Gestão. São pessoas que estão na vanguarda do conhecimento, antecipando tendências e posicionando nossos clientes à frente da concorrência.

Além de suas inscrições e qualificações nos mais importantes cadastros de consultores no Brasil, a FIP é registrada no **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**.





A INTERAÇÃO FIP-

A FIP se beneficia da estrutura de produção de conhecimento da Universidade Ibirapuera - UNIB. Essa interação mercado-educação de alto nível, funciona como um espaço fértil de disseminação de idéias e de retenção de talentos.

Como apoio à consultoria empresarial e de gestão pública, a FIP conta com uma eficiente estrutura de suporte metodológico, computacional, bibliográfico e administrativo, que é colocada à disposição dos projetos em execução.

METODOLOGIA E TRANSFERÊNCIA DE “KNOW HOW”

Os profissionais da FIP sabem que os melhores resultados são obtidos através do intercâmbio de experiências entre o cliente e o consultor, assim como do comprometimento de ambas partes com os objetivos do trabalho. Por isso, os projetos são desenvolvidos por equipes mistas, em ambiente amplamente participativo.

Os consultores da FIP atuam como elementos catalisadores do processo de evolução organizacional da empresa, planejando, conforme o grau de cultura interna, os passos para que a mudança possa ser realizada sem maiores traumas.

As equipes de consultores internos do cliente, envolvidas na execução dos trabalhos, terão a função de facilitar as implantações, dar validade às políticas operacionais implantadas, além de validar as mudanças como uma necessidade reconhecida pelo cliente e por seus funcionários.

A FIP oferece uma visão integrada e abrangente das questões a serem tratadas, numa abordagem multidisciplinar, com o envolvimento de especialistas de cada área, sempre que a complexidade do problema o exigir.

Desta forma atua como um autêntico “coach” de um time de desenvolvimento de mudanças, formados pelos líderes formais e informais da empresa, permitindo desta forma a transferência de conhecimento, não só pelos cursos formais de capacitação, como também pelo desenvolvimento da capacitação “on job”. Assim se garante a absorção, pela empresa ou órgão público, da metodologia e “Know-How” desenvolvidos no decorrer do Projeto.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS SERVIÇOS DA FIP

Particularidades da FIP, que a diferenciam de outras empresas similares:

- A disponibilidade de um amplo conjunto de consultores e especialistas, em geral com cursos de doutorado, mestrado e de especialização, nas várias áreas da administração empresarial; uma metodologia baseada na transferência de tecnologia ao cliente;
- Visão multidisciplinar e integrada, tornada possível através da colaboração entre professores e consultores que compartilhem o mesmo ambiente acadêmico e profissional;
- Intercâmbio permanente de experiências, informações e idéias, entre a FIP e os demais organismos;
- Utilização das bases de dados desenvolvidas pelas diversas unidades que integram a FIP;
- Chancela da FIP, como padrão e rigor de qualidade;
- Ampla visão da conjuntura brasileira;

Especial talento para o treinamento e desenvolvimento de executivos e líderes no âmbito das empresas e



organismos públicos, como uma decorrência do perfil de educador dos consultores reunidos na FIP.

SERVIÇOS

As principais áreas de atividades são as seguintes:

Planejamento:

Planejamento estratégico; Desenvolvimento Organizacional e Institucional; Balanced Scorecard; Gestão do Conhecimento.

Processos:

Implantação de Otimização de Processos; Organização e Métodos; Gestão por Processos.

Tecnologia da Informação:

Sistemas de Informação; Banco de Dados; Redes; Seleção e implementação de softwares e hardware; E-commerce e e-business; Business Intelligence; Geo-referenciamento de cliente e fornecedores; cadeias e clusters produtivos; projetos de Criatividade e Inovação; Sistemas de Planejamento, Gestão e Geo-referenciamento em Saúde Pública; Projeto e Gestão de Sistema de Ensino.

Gestão do Capital Humano:

Sistemas de Informação para Gestão de RH; Atualização dos Instrumentos de Gestão; Elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Salários; Implantação de Programas de Remuneração Variável; Programa de Participação nos Lucros ou nos resultados; Política de Bônus Gerencial; Remuneração por Habilidades e Competências; Modelos Avaliação de Desempenho; Elaboração de Banco de Competência; Avaliação de Potencial dos Profissionais; Pesquisa de Clima Organizacional; Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos; Empregabilidade.

Produção e Qualidade:

Administração Industrial; Processos de Produção; Análise de Produtividade; Sistemas de Custos; Administração de Materiais; Estudos de Logística; Gestão da Qualidade; Preparação para a Certificação; Desenvolvimento de Indicadores.

Finanças:

Orçamento e contabilidade; Gestão Estratégica de Custos; Avaliação de Empresas; Consolidação de Passivos; Laudos Periciais de Contratos (bancários, precatórios e relações inter-empresas), Modelos de Gestão Financeira.

Controladoria:

Modelagem e Implementação de Sistemas de Custeio e Relatórios Gerenciais; Modelos para Formação de Preços e/ou Composição de Mix de Produtos e Serviços; Planejamento Orçamentário e Controle.

Gerência de Projetos:

Projetos de Investimentos; Business Plan; Simulação de Cenários; Projetos de Viabilidade Econômica; Modelagem de Privatização e Concessões.

Marketing:

Planejamento de Marketing; Estudos de Mercado; Estratégias de Marketing; Implantação de Call Center, CRM, Database Marketing; Direcionamento das Vendas (Remuneração Variável); Planejamento de Vendas; Pesquisa de Mercado; Marketing Institucional; Gerenciamento de Produtos; Marketing Direto; Auditoria Mercadológica; Pesquisa de Satisfação do Cliente (ISSO 9000/2000).

Gestão Ambiental:

Projetos para Geração e Comercialização de Créditos de Carbono (CDM - Clean Development Mechanism - Protocolo de Kioto); Gestão de Resíduos - Saneamento Básico.

Análise Econômica:

Indicadores Econômicos; Competitividade Setorial;
Modelagem Macroeconômica; Estudos Econômicos; Cenários
Econômicos.

ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E DE SAÚDE:

Problemas Públicos de Saúde; Organização e Gestão de Unidades Hospitalares; Gestão de Materiais e Serviços; Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Processos; Gestão Econômica - Financeira; Gestão Estratégica; Gestão de Informáticas e Sistemas de Informação; Gestão da Qualidade.

Administração Hospitalar

1. OBJETIVO DO TRABALHO

Elaboração de Diagnóstico Econômico-Financeiro, Organizacional, de Estratégia, de Qualidade, com proposta de mudanças voltadas para a Modernização Gerencial de Hospitais.

A modernização gerencial das instituições é hoje fator indispensável para a compatibilização entre as atividades dos serviços prestados e as exigências de competitividade e modernidade provenientes do mercado atual.

Como decorrência imediata do projeto, são estes os objetivos esperados:

- Diagnóstico operacional (plano estratégico e qualidade), organizacional, econômico e financeiro da Instituição;
- Proposta de Mudanças voltadas à Modernização Gerencial da Instituição.

2. ESCOPO

O escopo do projeto engloba as seguintes etapas:

- Levantamento da situação atual da Instituição nas seguintes áreas:
 - Serviços;
 - Estratégia;

- Qualidade;
 - Organização;
 - Recursos Humanos;
 - Materiais e Serviços;
 - Econômico-Financeira;
 - Informatização.
-
- Análise das situações em que se encontram as áreas;

 - Diagnóstico da saúde do Hospital;

 - Identificação de pontos de atenção e elaboração de projeto contendo as recomendações para:
 - Proposta de desenvolvimento e implantação de melhorias no gerenciamento da Instituição;
 - Proposta de adequação da estrutura organizacional sob a luz da nova performance gerencial.

Administração da Saúde

1. INTRODUÇÃO

As necessidades de atenção integral à saúde da população são essencialmente: de promoção; de proteção; e de recuperação da saúde.

A qualidade da resposta para o desafio da atenção integral e da qualidade dos serviços oferecidos à população está cada vez mais dependente da organização dos sistemas municipais de saúde.

Neste particular, o grande desafio para os municípios, é aliar a capacidade de gestão, através de propostas que otimizem a assistência de qualidade, com eliminação de desperdícios e utilização racional dos recursos materiais e humanos.

As propostas para tal desafio estão centradas essencialmente na organização do modelo assistencial, incorporando ações que permitam uma atenção integral, utilizando mecanismos de gestão capazes de responder com a velocidade necessária às tarefas de planejar, executar e controlar o sistema.

A utilização destas modernas ferramentas de gestão é hoje um dos principais fatores que têm permitido aos municípios, que alcançaram sucesso na área, responder qualificadamente a estes desafios.

É com este objetivo que apresentamos sistemas especialmente desenvolvida para a Gestão Municipal de Saúde, que está organizado com a preocupação de responder em tempo real, de forma amigável e simplificada, a todos os processos

que compreendem a estruturação dos sistemas municipais de saúde. Independente do porte do município, já que se organiza em módulos que respondem ao seu enquadramento no Sistema Único de Saúde.

2. OBJETIVOS DOS PROJETOS

2.1. Geral

Qualificar a gestão da saúde - a fim de obter as respostas na velocidade necessárias para uma atenção integral

2.2 Secundários

Satisfação do usuário

Melhorar a efetividade da assistência

Racionalizar o custo dos serviços prestados

3. PROJETOS

- Diagnosticar a estrutura organizacional e os serviços prestados pela secretaria de saúde do município com o objetivo de modernizá-la através de recursos do PMAT do BNDES;
- Definir plano estratégico de atendimento primário, secundário e terciário à saúde no município;
- Assessoria na implantação do PSF - Programa de Saúde da Família;

- Georeferenciamento do atendimento à saúde;
- Sistema Integrado em Saúde Pública Municipal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Elaboração de Plano Diretor; Planejamento Fiscal; Metodologia par Aumento da Arrecadação Tributária: IPTU e ISS; Otimização da Despesa Pública; Elaboração de Projetos de Financiamento; Controle de Patrimônio; Dívida Ativa; Estudos Relativos a Lei de Responsabilidade Fiscal; LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; PPA - Plano Plurianual; LOA - Lei Orçamentária Anual; Análise da Folha de Pagamento; Regime Previdenciário; Tecnologia da Informação; Bolsa Eletrônica de Compras.

DIVIDA ATIVA

1. OBJETIVO DO TRABALHO PROPOSTO

O objetivo do trabalho proposto consiste na prestação de serviços de consultoria especializada para Estudo e Elaboração de um conjunto de Procedimentos Dinâmicos dirigidos para identificação dos estoques atuais de dívida ativa, classificação dos créditos por critério de origem tributária e por tipologias de contribuintes, seleção dos contribuintes inadimplentes, por tributo lançado, atualização total do cadastramento dos créditos sujeitos à inscrição em dívida ativa e não inscritos, com redução gradual dos riscos de decadência e prescrição do crédito tributário e, finalmente, elaboração de minutas necessárias de legislação, rotinas e procedimentos e formulários para serem utilizados no processo e capacitação do pessoal da Prefeitura a ser designado para a execução do projeto.

2. CONTEÚDO DO TRABALHO

As atividades de consultoria estarão voltadas para:

- a) Levantamento e análise da legislação tributária municipal e dos procedimentos atuais de cobrança;

- b) Estruturação de procedimento para depuração dos bancos de dados relativos aos Cadastros Imobiliários (IPTU e TAXAS CORRELATAS, ITBI e CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA) e Mobiliário (ISSQN e TAXAS DE PODER DE POLÍCIA);
- c) Estruturação de procedimento para depuração dos bancos de dados referentes aos pagamentos de tributos;
- d) Estimativa do potencial imediato de arrecadação de caixa decorrente da cobrança dos créditos inadimplentes para os próximos 08 (oito) meses;
- e) Idealização e implantação dos procedimentos de cobrança amigável e das condições para envio dos contribuintes remanescentes para processo de execução fiscal.
- f) Assessoramento permanente com presença de consultor da FIP e o todo o suporte necessário durante o processo de integração dos novos procedimentos ao sistema de processamento de dados, para o futuro gerenciamento próprio da cobrança pela Prefeitura de São José do Rio Preto;
- g) Dimensionamento e capacitação simultânea dos funcionários municipais designados, a partir da implantação do projeto, para posterior gerenciamento do sistema pela própria Prefeitura;
- h) Programa de capacitação para os funcionários envolvidos no projeto com Workshop final no último mês do projeto, para avaliação dos resultados e correção definitiva das deficiências quiçá verificadas.

3. METODOLOGIA

O trabalho de consultoria proposto será realizado através de reunião para apresentação do projeto, reuniões periódicas para integração dos consultores e os funcionários da Prefeitura selecionados para as rotinas de implantação do

projeto, e desenvolvimento local de todos os procedimentos de implantação do projeto e das rotinas de cobrança, na Prefeitura.

O projeto preverá relatórios específicos sobre todas as fases de implantação e controle permanente sobre a arrecadação de tributos propiciada pelo esforço de cobrança decorrente da consultoria, com clara separação de valores decorrentes da ação de cobrança pela sistemática criada pela FIP, para uma avaliação do progresso do empreendimento, dia a dia, durante todo o transcorrer do prazo contratual.

De modo a se atingir o objetivo proposto, prevê-se uma metodologia envolvendo as seguintes etapas de trabalho:

3.1. Etapa I - Levantamento e análise da legislação tributária municipal, estruturação de procedimento para depuração dos bancos de cadastrais e estimativa do potencial imediato de arrecadação e início de negociações contratuais da Prefeitura com os Correios ou outra entidade para remessa de correspondência aos contribuintes - 30 dias;

3.2. Etapa II - Formulação, testes de funcionamento e implantação definitiva dos procedimentos de cobrança amigável, com capacitação simultânea dos funcionários municipais designados para a implantação do projeto com permanência de consultor fixo da FIP durante toda a implantação - 30 dias;

3.3. Etapa III - Fluxo regular inicial de cobrança e arrecadação, sob supervisão dos consultores da FIP - 180 dias;

3.3. Etapa IV - Workshop final entre consultores, autoridades municipais e funcionários permanentes da área de receita para avaliação do funcionamento dos procedimentos adotados e eventual correção de distorções porventura verificadas - a ser realizado na última semana do prazo contratual.

4. PRODUTO DO TRABALHO

O resultado final deste trabalho apresentará os seguintes produtos:

Primeira Fase:

- Relatório conclusivo sobre o universo de contribuintes inadimplentes e o potencial de arrecadação da dívida ativa para os próximos 08 (oito) meses - 30 dias

Segunda Fase:

- Implantação dos procedimentos adotados e início das rotinas de cobrança da dívida - 210 dias.

5. CRONOGRAMA

O tempo previsto para a execução deste projeto são apresentados a seguir:



Primeira Fase: 30 dias

Segunda Fase: 210 dias

REDESENHO

1. OBJETIVO

Constitui objetivo desta proposta a prestação, pela FIP de serviços de consultoria visando o aumento da arrecadação da receita própria do Município e uma redução substancial nas suas despesas, buscando a qualidade total, através de:

1. reestruturação organizacional global da Prefeitura, mediante a realização de rastreamento e análise detalhada dos processos gerenciais/administrativos;
2. planejamento fiscal voltado para o incremento da arrecadação Municipal.

Isto visa a reprodução da situação atual dos trabalhos desempenhados na Prefeitura e permitir a visualização de suas necessidades operacionais e administrativas traduzidas em melhoria dos processos, adequação da estrutura organizacional e desenvolvimento dos recursos humanos.

O aperfeiçoamento dos processos administrativos é hoje fator indispensável para a compatibilização entre as atividades dos serviços públicos e as exigências de competitividade e modernidade provenientes do mercado atual.

Quanto às finanças municipais, tradicionalmente as fontes de arrecadação própria dos municípios que sempre foram tratadas com um certo desprezo pelos executivos municipais, face à uma gama bem diversificada de entradas externas de numerário, tais como as transferências federais e estaduais, acesso a fundos de fomento e autorizações de empréstimos com aval daquelas esferas de governo.

O estabelecimento de uma política municipal eficiente de arrecadação de tributos nunca foi encarada com simpatia pelos senhores do poder, visto o imediato e direto confronto com seus interesses políticos, como sabemos.

Exauridas as fontes externas e garroteados os seus acessos, não restaram saídas aos municípios, senão buscar os recursos no âmbito de seus próprios limites.

O município tem a mais eficiente ferramenta para resolver seus problemas de caixa: a capacidade constitucional de tributar. Na esfera de sua competência, o município pode instituir:

- Impostos;
- Taxas por contraprestação de serviços;
- Taxas por exercício de Poder de Polícia;
- Contribuição de Melhoria.

Pode, ainda, melhorar o seu quinhão na distribuição de transferências estaduais e federais, estruturando um serviço de acompanhamento da formulação dos índices de distribuição (DIPAM, IPVA).

Deverá ser estruturado ou aperfeiçoado, se houver, o serviço de cobrança da Dívida Ativa do Município, que permita agilizar a cobrança de débitos fiscais lançados e não arrecadados. A ineficiência desse serviço tem provocado pesadas perdas, mesmo em grandes municípios, face à decadência ou prescrição dos créditos fiscais.

Finalmente, vale destacar ser inútil a tentativa de copiar integralmente sistemas tributários já implantados em outros municípios, tais como São Paulo. Uma verdadeira enxurrada de ações judiciais tem obstruído a arrecadação municipal em virtude de vícios apresentados pela legislação atual.

2. ESCOPO

O escopo do trabalho engloba as seguintes etapas:

- Identificação dos MacroProcessos Prioritários e essenciais à gestão da Prefeitura;
- Montagem e treinamento das equipes de trabalho;
- Rastreamento dos MacroProcessos eleitos, com identificação dos processos, sub processos e atividades permanentes;
- Elaboração e desenho dos fluxos e documentação da descrição contendo as características e procedimentos operacionais de cada um dos processos, sub processos e atividades identificadas;
- Levantamento quantitativo dos tempos gastos na execução das atividades identificadas por especialidade do executante e área organizacional

responsável pela sua execução (tempo de processamento das atividades e tempo de ciclo atual);

- Análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, dimensionando os recursos humanos necessários para a operação dos MacroProcessos, fundamentado na metodologia que será aplicada ao desenvolvimento do projeto, apontando eventuais carências ou excedentes identificados por MacroProcessos e por estrutura organizacional das áreas levantadas;
- Identificação e análise das atividades efetuadas em duplicidade, com alto índice de tempo de ciclo, em relação ao tempo gasto para a execução e/ou atividades com baixo índice de contribuição em agregar valor;
- Identificação de pontos de atenção e elaboração de recomendações para: desenvolvimento e implantação de melhorias nos processos, adequação da estrutura organizacional sob à luz da nova performance funcional e, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos alocados;
- Transferência da metodologia utilizada na análise dos processos para a equipe interna do projeto, indicada pela Secretaria, capacitando esta equipe como um núcleo, que além de um conhecimento profundo dos processos será responsável pela aplicação de projetos de melhoria contínua da Prefeitura;
- Plano de cargos, salários e funções; análise e recomendações sobre o aproveitamento do quadro de pessoal, plano de carreira e de desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Assessoria contínua às gerências como auxílio e identificação dos MacroProcessos, suas respectivas participações estratégicas e implementações de recomendações originadas pela identificação de pontos críticos;
- Levantamento local sobre a situação atual quanto:
 - à eficácia do sistema tributário vigente;

- legislações tributárias específicas;
- recursos atuais disponíveis (humanos e materiais);
- cadastros mobiliário e imobiliário disponíveis;
- perfil sócio-econômico do Município;

3. METODOLOGIA

A análise operacional de processos administrativos, como a de qualquer outro processo empresarial, compreende dois aspectos integrados e indissociáveis.

Um é a vontade e comprometimento das pessoas que participam desses processos e contribui com informações essenciais. O outro, indispensável para que os objetivos do trabalho sejam alcançados, consiste na pronta disponibilidade de dados pertinentes à operação da Prefeitura.

Tendo em vista o pressuposto acima, e ainda considerando os objetivos deste projeto, os trabalhos deverão se iniciar mediante a realização de uma reunião entre as partes envolvidas no projeto, oportunidade esta onde define-se a forma de condução dos trabalhos.

Desta forma os serviços ora propostos se referem à realização das seguintes etapas:

- **Seleção definitiva dos MacroProcessos**

Como resultado da reunião preparatória, antes do início efetivo dos trabalhos, serão identificados conjuntamente os MacroProcessos que serão

abordados pelo projeto. Esta seleção é prioritária para o desenvolvimento do projeto, desde que a abordagem da Prefeitura seja via processo e não via estrutura organizacional.

- **Montagem das equipes de trabalho**

A montagem da equipe que desenvolverá o projeto deverá possuir um coordenador interno, nomeado pela Prefeitura, que será responsável pelas providências para a execução dos trabalhos, e um coordenador da EAESP/FIP, representante perante a Prefeitura. A equipe de consultores internos, que serão supervisionados pelos professores/consultores externos, será formada por funcionários indicados pela Prefeitura e integrarão as equipes responsáveis pelos MacroProcessos abordados, após entrevistas de adequação efetuadas pelos professores/consultores.

- **Programa de treinamento**

Em momentos distintos do desenvolvimento do projeto, serão ministrados programas de treinamento para os integrantes das equipes de consultores, abordando os seguintes temas:

- Conceitos de qualidade total;
- Ferramenta de informática - Flow Charting;
- Técnicas para a realização de entrevistas;
- Critérios para análise de processos e visão organizacional por processos.

Os integrantes das equipes de consultores internos estarão aptos para, após os programas de treinamento, se transformarem em disseminadores de padrões que contribuirão para uma transformação gradual da Secretaria, possibilitando

desta maneira o acultramento dos objetivos globais do projeto, que além da proposta de melhoria, adequada as suas necessidades operacionais, pretende tornar a Prefeitura a detentora de uma cultura que condicione seu corpo funcional a adotar permanentemente uma melhoria nos seus processos operacionais e administrativos.

• **Entrevistas com administradores**

Serão realizadas entrevistas com os níveis operacionais das áreas pelos consultores da EAESP/FIP para:

- Esclarecer os objetivos do projeto e divulgar a metodologia que será aplicada nos levantamentos e análises efetuadas;
- Obtenção, junto ao responsável pela área participante do processo que estiver sendo abordado, de dados e informações gerais sobre suas atribuições, sua contribuição aos processos e dos sub-processos sob sua responsabilidade;
- Elaboração do relatório preliminar, divulgado junto às equipes de consultores internos, para subsidiar a elaboração inicial do fluxo do MacroProcesso sob sua responsabilidade;
- Apresentação inicial às áreas que participam do MacroProcesso, pela equipe de consultores, da versão inicial do fluxo e do entendimento sobre o MacroProcesso. Após esta apresentação serão iniciados os levantamentos para a identificação e quantificação das tarefas contidas nas atividades sub processos e processos do MacroProcesso abordado;
- Levantamento acerca dos recursos institucionais, orçamentários e financeiros disponíveis.

- **Levantamento e rastreamento de processos, fluxos e quantificações**

Serão identificados, para cada MacroProcesso abordado, seus processos, sub processos e atividades e será elaborada documentação para rastreamento e quantificação das tarefas. Esta documentação será composta de:

- Fluxos dos processos e sub-processos identificados e codificados de acordo com sua posição na hierarquia do MacroProcesso;
- Características técnicas e operacionais do processo, sub processo ou atividade rastreada, registrada em documentação apropriada, contendo campos para preenchimento, identificados pelo padrão da ferramenta da qualidade total 5W1H.
- Registro em formulário específico para este fim, das quantificações das tarefas contidas nas atividades quantificadas. O formulário conterá tempo unitário, frequência mensal da execução da tarefa, tempo total de processamento, tempo de ciclo e especialidade do responsável pela execução da tarefa abordada. Serão também apontadas as tarefas/atividades que não agregam valor e/ou demandam tempos de ciclo/execução exagerados.

- **Análise dos dados obtidos pelo rastreamento**

Os dados obtidos pela abordagem dos MacroProcessos, processos, sub processos e atividades, serão tabulados quando forem dados quantitativos, e analisados quando forem dados obtidos pelo rastreamento, para que possa ser definido:

- Indicação do quadro de pessoal necessário/alocado por MacroProcesso e por estrutura operacional, obtido pela aplicação de metodologia

apropriada ao cálculo, que utilizará o conceito de horas efetivamente trabalhadas, ou, nos casos onde for necessário, a aplicação de metodologia estabelecida pela legislação pertinente a operação do MacroProcesso.

- Descrição completa das características técnicas e operacionais dos MacroProcessos e de seus componentes, visualizados através dos fluxos operacionais e da documentação de registro do rastreamento efetuado;
- Apontamento das tarefas executadas em duplicidade, retrabalhos e demandando tempos elevados;
- Identificação de pontos de atenção e respectivas recomendações para abordagem e desenvolvimento de melhorias para eliminação destes pontos críticos nos MacroProcessos abordados, adequação organizacional e desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Elaboração e apresentação de legislação tributária voltada ao incremento de arrecadação municipal.

Nesta etapa, estaremos identificando as reais oportunidades de ganhos e melhorias operacionais no ambiente das áreas relacionadas, os projetos e as implantações do Plano de Cargos e Salários, de Análise de Desempenho e Plano de Carreira.

Não distante disso, a formação de equipes internas de trabalho para absorção das técnicas e para potencialização do volume e agilização dos trabalhos é a base fundamental de todo o projeto.

PDDI Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

1. OBJETIVO

O trabalho propõe a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que abranja a regulamentação do uso e ocupação da área urbana e de expansão urbana, integrada com as outras áreas da totalidade do Município, preveja e antecipe as expansões de uso e, em especial, de atividades, investimentos e modernização.

A previsão no PDDI de todas as possíveis ampliações de atividades no Município, assim como a detecção de novas atividades, usos e potencialidades, deverão criar as alavancas para o desenvolvimento do Município, assim como a possibilidade de geração de novas receitas para uma boa observância ao longo do tempo, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. METODOLOGIA

O trabalho de consultoria proposto será realizado através de reuniões periódicas dos consultores com os funcionários selecionados da Prefeitura, na Prefeitura, em organismos ou companhias Municipais, em outros locais do Município, em outros órgãos públicos estaduais ou federais, e em São Paulo, durante as quais serão realizadas reuniões de trabalho, seminários e demais atividades julgadas necessárias à elaboração do PDDI, promovendo também audiências públicas e

debates com participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

A execução dos trabalhos pela equipe do FIP e da Prefeitura e demais envolvidos, será informada pelos consultores em relatórios periódicos de andamento do PDDI.

De modo a se atingir o objetivo proposto, prevê-se uma metodologia envolvendo as etapas de trabalho abaixo, as quais poderão ser alteradas em função da complexidade que se apresentar:

- Etapa I - Coleta de Informações
- Etapa II - Conhecimento do Problema
- Etapa III - Elaboração do Plano
- Etapa IV - Retroalimentação do Sistema
- Etapa V - Montagem e Apresentação do PDDI

3. PRODUTO DO TRABALHO

O trabalho apresentará como produto final o “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”, envolvendo o seguinte:

- Caracterização da região;
- Objetivos para o Desenvolvimento Físico e Social;
- Objetivos para o Desenvolvimento Administrativo;
- Objetivos para as Políticas Setoriais de Desenvolvimento;

- Diretrizes da Política de Ordenamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e do Meio Ambiente;
- Diretrizes da Política de Expansão Urbana;
- Diretrizes da Política de Recuperação do Uso, Ampliação e Melhoria dos Espaços Públicos e da Paisagem;
- Diretrizes da Política de Serviços e Equipamentos de Utilidade Pública;
- Diretrizes da Política de Sistema Viário e de Transporte: (Plano de transporte, obrigatório para Municípios com população superior a 500.000 habitantes e opcional para as demais);
- Diretrizes da Política de Geração de Empregos e de Renda;
- Diretrizes da Política de Turismo (Plano de Turismo para estâncias balneárias e turísticas);
- Diretrizes da Política de Comércio, Serviços e Abastecimento;
- Diretrizes da Política para o Setor Agrícola e Rural;
- Diretrizes da Política da Habitação, Educação, Saúde, Segurança e Esporte, Lazer e Recreação;
- Diretrizes da Política de Assistência Social, Cultura e do Patrimônio Histórico;
- Diretrizes de Produtos e serviços que gerem Receita e Renda para o Município;
- Diretrizes de Preservação Ambiental;
- Diretrizes dos Planos de Permissões e Concessões;
- Instrumentos de aplicação do PDDI

Este material será composto de textos elucidativos, peças de geoprocessamento e outras peças gráficas, apresentados em Relatório Final, acompanhado de arquivo eletrônico.

4. CRONOGRAMA

O cronograma preliminarmente proposto será o seguinte:

- | | |
|--|----------|
| • Etapa I -Coleta de Informações | 90 dias |
| • Etapa II -Conhecimento do Problema | 45 dias |
| • Etapa III -Elaboração do Plano | 120 dias |
| • Etapa IV -Retroalimentação do Sistema | 30 dias |
| • Etapa V -Montagem e Apresentação do PDDI | 60 dias |

O prazo ideal para a elaboração do PDDI será visualizado num cronograma de Gantt por ocasião da assinatura do contrato.

Como a elaboração do PDDI é manifestamente participativo, necessário se faz considerar prazos extras para a manifestação das autoridades e associações representativas dos vários segmentos da comunidade, além de eventuais injunções jurídicas e quaisquer outras que venham a interferir no andamento normal dos trabalhos.

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

PMAT (BNDS)

(Programa de Modernização da Administração Tributária)

Prestação de serviços de consultoria especializada para Estudo e Elaboração do Diagnóstico Administrativo, Financeiro e Tributário para a Prefeitura, com vista à futura implantação de um projeto de modernização da instituição, para melhoria da arrecadação tributária, melhor atendimento dos contribuintes e dos cidadãos em geral e do melhor desempenho da gestão da administração tributária, financeira e administrativa

PENAFM (PNUD)

(Programa Nacional de Apoio Fiscal aos Municípios)

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Consultoria e serviços especializados de informática na Área de Projeto de Redes e Equipamentos, incluindo trabalhos como:

Elaboração e execução de Projetos de rede; Elaboração e execução de Projetos de rede elétrica; Elaboração e execução de Projetos de gerência de rede; Implantação de infraestrutura de rede; Implantação de infraestrutura de

rede elétrica; Aquisição, instalação em rede de plataforma de hardware.

Consultoria e serviços especializados de informática na área de Segurança Digital em transmissão de dados, incluindo trabalhos como:

Projetos de Sistemas utilizando mecanismos de Segurança na transmissão de Dados; Políticas de Segurança; Serviços de Segurança; Aplicativos de Segurança; Desenvolvimento e implementação de algoritmos de criptografia; Segurança de Sistemas Operacionais;

PROESE

(Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família)

Prestação de serviços de consultoria especializada para Estudo e Elaboração do Diagnóstico da área de Saúde para a Prefeitura, com vista à futura implantação de um projeto de modernização da instituição, para melhoria do atendimento em geral e do melhor desempenho da gestão financeira e administrativa do setor.

CONSULTA PRÉVIA PMAT - PENAFM

1. OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo do trabalho proposto consiste na prestação de serviços de consultoria especializada para Estudo e Elaboração de Diagnóstico Administrativo, Orçamentário, Financeiro e Fiscal para a Prefeitura Municipal, objetivando a implantação de um projeto de modernização da instituição através de recursos financiados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com melhoria da arrecadação da Receita Orçamentária e redução sensível na Despesa Orçamentária.

2. CONTEÚDO DO TRABALHO

As atividades de consultoria estarão voltadas para o levantamento das informações referentes a situação de fato nas áreas administrativa, orçamentária, financeira e fiscal das administrações direta e indireta da Prefeitura Municipal.

Para viabilização do diagnóstico será necessário analisar, a nível interno da Prefeitura, os recursos disponíveis de natureza institucional, administrativo orçamentário e financeiro, como vem se comportando nos últimos anos.

O levantamento dos recursos institucionais, da estrutura administrativa orçamentária e financeira abrangerá, entre outros, os seguintes aspectos fundamentais:

- identificação de ações de modernização administrativa;
- levantamento do suporte institucional, ou seja, leis, decretos, códigos e outras normas regulamentares, que embasam a ação das autoridades tributárias, administrativas, orçamentárias e financeiras do município.

O conhecimento desses recursos fundamentais permitirá a elaboração de um diagnóstico, que permitirá a indicação de proposições.

3. METODOLOGIA

O trabalho de consultoria proposto será realizado através de reuniões periódicas dos consultores com os funcionários selecionados da Prefeitura, durante as quais serão realizadas reuniões de trabalho, seminários e demais atividade julgadas necessárias a realização das tarefas.

A execução dos trabalhos pela equipe do FIP e da Prefeitura e demais envolvidos será acompanhada pelos consultores e apresentada em relatórios quinzenais de andamento do projeto.

De modo a se atingir o objetivo proposto, prevê-se uma metodologia envolvendo as seguintes etapas de trabalho:

3.1. Etapa I - Pesquisa acerca dos recursos institucionais, administrativos orçamentários e financeiros disponíveis na Prefeitura;

- 3.2. Etapa II - Seleção e levantamento das principais fontes dos recursos institucionais, administrativos e financeiros utilizados pela Prefeitura;
- 3.3. Etapa III - Seleção e levantamento das informações macroeconômicas do Município;
- 3.4. Etapa IV - Análise e diagnóstico das etapas anteriores;
- 3.5. Etapa V - Elaboração do diagnóstico e proposições para a Prefeitura. Discussão do diagnóstico e das proposições com os técnicos da Prefeitura Municipal;
- 3.6. Etapa VI - Elaboração e apresentação da proposta final aos técnicos da Prefeitura Municipal .

4. PRODUTO DO TRABALHO

O resultado final deste trabalho apresentará os seguintes produtos:

Primeira Fase:

- Diagnóstico Administrativo/Financeiro da Prefeitura Municipal;
- Proposta de modelagem da estrutura da Prefeitura, definindo as secretarias e órgãos para o bom funcionamento da máquina administrativa;
- Proposta do novo código Tributário Municipal.

Segunda Fase:

- Proposta de modernização da Prefeitura, definindo as áreas da administração municipal que deverão ser modernizadas (organização, informatização, recursos humanos, processos, administração de materiais, atendimento ao munícipe, desenvolvimento urbano etc) determinando o valor do investimento necessário a sua modernização;
- Documento de proposta de regulamentação do novo Código Tributário Municipal;
- Elaboração da Consulta Prévia ao Programa de Modernização das Administrações Municipais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objetivando buscar os recursos financeiros necessários, através de financiamento, para investir na modernização da prefeitura.

5. CRONOGRAMA

O tempo previsto para a execução deste projeto são apresentados a seguir:

Primeira Fase: 30 dias

Segunda Fase: 30 dias

IMPLANTAÇÃO DO PMAT E DO PENAFM

1. OBJETIVO

O objetivo do trabalho proposto consiste na prestação de serviços de consultoria especializada para a realização da atividade de gerenciamento da implantação do projeto PNAFM, com a finalidade de manter um controle constante dos prazos de execução e dos demais recursos aplicáveis a cada uma das componentes e áreas específicas do projeto (capacitação, consultoria, equipamentos de informática, equipamentos de apoio, infra-estrutura), destacando-se como fundamentais: 1) o controle de prazos das etapas e das tarefas programadas; 2) dos procedimentos licitatórios envolvidos com a implantação; 3) o cronograma financeiro de desembolsos e a correta execução dos termos contratuais, pelos fornecedores de produtos e serviços a serem contratados e, finalmente; 4) a integração dos consultores da FIP com a UEM-Unidade de Execução Municipal e fornecedores.

2. CONTEÚDO DO TRABALHO

As atividades de consultoria estarão voltadas para o acompanhamento da execução de todas as etapas e tarefas relacionadas à implantação das ações objeto do referido projeto PNAFM, levando-se em conta, prioritariamente, os seguintes aspectos:

- Catalogação inicial de todas as categorias de investimento/aplicações, atividades e etapas envolvidas na implantação;
- Pré-ordenação de todos os sub-projetos, atividades e etapas do projeto, para introdução às ferramentas de acompanhamento e controle do projeto;
- Catalogação de todos os planos setoriais de implantação, que incluirão o conteúdo técnico, os prazos de tarefas e os custos orçados, a serem fornecidos pelas empresas e profissionais integrantes, contratados para a implantação do projeto PNAFM;
- Identificação e integração de todos os agentes envolvidos na implantação, a saber: empresas e profissionais licitantes, consultores da FIP e os servidores municipais integrantes da UEM-Unidade de Execução Municipal;
- Viabilização da implantação do projeto através de assessoria a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo para a contratação de empresas/profissionais, fornecedores de bens e serviços, de acordo com a Lei Federal Nº 8.666, desde a identificação da necessidade do bem ou serviço, do edital do processo licitatório, do contrato e a sua execução;
- Introdução de todas as variáveis envolvidas nas ferramentas de acompanhamento e controle, com a finalidade de elaboração de cronograma físico do projeto como um todo e dos sub-projetos, das atividades específicas e das etapas, em particular, para

estabelecimento da duração mínima e posterior acompanhamento de toda a execução;

- Reuniões periódicas com todos os envolvidos no processo de implantação, para validação de etapas concluídas, replanejamento e reprogramação de sub-projetos e atividades;
- Relatórios mensais de progresso da implantação, por etapa implantada e validada, consistência e crítica, conforme a programação estabelecida.

3. METODOLOGIA

O trabalho de consultoria proposto será realizado através de interação constante da equipe de consultores da FIP com os funcionários selecionados da Prefeitura e fornecedores de produtos e serviços envolvidos no projeto, na Prefeitura ou em locais previamente definidos, onde se realizarão reuniões de trabalho e demais atividades julgadas necessárias à consecução das tarefas.

De modo a se atingir o objetivo proposto, prevê-se a seguinte metodologia:

- Análise da composição das categorias de investimento/aplicações a serem implantadas, referentes às ações relacionadas ao item 2 - CONTEÚDO DO TRABALHO;

- Workshop preliminar para exposição dos componentes e fases do gerenciamento e integração dos consultores da FIP com os componentes da UEM-Unidade de Execução Municipal e os gerentes de projeto representantes das empresas contratadas;
- Capacitação iniciatória dos membros da UEM-Unidade de Execução Municipal para entendimento dos critérios de acompanhamento da programação e controle da implantação do projeto a serem utilizados pelos consultores da FIP;
- Pesquisa de mercado objetivando identificar empresas/consultores fornecedores de bens e serviços que possam colaborar/participar na implantação do projeto, via processo licitatório;
- Estabelecimento da data de início da implantação do projeto;
- Utilização intensiva das ferramentas de acompanhamento e controle, com vista à elaboração de cronogramas e outros mecanismos de controle da implantação;
- Emissão periódica de relatórios de acompanhamento, consistência e críticas à implantação das etapas e atividades do projeto, e se for o caso, com propostas de ajustes nos cronogramas, mudança de fornecedores etc.

4. PRODUTO DO TRABALHO

O resultado final deste trabalho apresentará como produtos intermediários os relatórios mensais contendo críticas correspondentes às etapas concluídas e validadas e como produto final o relatório conclusivo apresentado por ocasião da implantação do projeto, com o cumprimento de termos técnicos contratuais, prazos, ajuste dos recursos humanos, financeiros e materiais previamente estabelecidos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E FEDERAL

Desenvolvimento Organizacional das Instituições Públicas; Tecnologia da Informação; Aplicação do e-government; Bolsa Eletrônica de Compras (compras NET, Estados, Federal); Gerência de Projetos e Programas; Gestão de Recursos Humanos; Modernização da Arrecadação Tributária; Elaboração de Orçamentos; Planos Plurianuais; Planos de Investimentos; Modelo de Gerenciamento Financeiro; Reforma Administrativa; Programas de Desestatização.

CONCURSO PÚBLICO

OBJETIVO

- Assessoria de Planejamento e Execução de Concurso Público
- Elaboração e Aplicação de testes
- Divulgação de Resultados

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

1. CÉLULAS DE EMPREGO

OBJETIVO

O Projeto consistirá em disponibilizar pessoal qualificado, sistemas e materiais pelo FIP, para a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, de modo a alcançar os objetivos estabelecidos:

- Apoiar a Secretaria, no desenvolvimento e expansão da utilização desta nova forma de atuação, baseada nas metodologias características do “Time do Emprego”, nos Postos de Atendimento ao Trabalhador, aumentando e expandindo a cobertura e melhorando os índices de atendimento, através:
 - da Avaliação da situação atual do programa,
 - do Estabelecimento de um Plano Estratégico para Institucionalização e articulação com parceiros,
 - da Formalização de um Planejamento de Ações possíveis de serem implantadas em 2004,
 - do Apoio e Supervisão na implantação, em 2004, das atividades das propostas no Planejamento.

- Apoiar a realização de programa de capacitação técnica e gerencial dos profissionais envolvidos, de forma a prepará-los nos conceitos,

metodologias e no uso do “Time do Emprego”, integrá-los na nova estrutura e forma de trabalho e prepará-los para orientar sua atuação para a efetividade dos resultados.

- Desenvolver e implantar ferramentas e sistemas de apoio ao uso dos conceitos, metodologias e forma de atuação do “Time do Emprego”.
- Monitorar e Supervisionar o uso dos conceitos, metodologias e forma de atuação do “Time do Emprego”, após a implantação.

2. BANCO DO POVO

Suporte de consultoria para o gerenciamento do Banco do Povo.

4. PEAD - PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO-DESEMPREGO

Assessoria na implantação e execução do programa.

PREVIDÊNCIA e PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Estruturação e Reforma de Regimes Próprios e Complementares de Previdência; Estruturação de Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos de modo a adequá-los à legislação vigente e garantir sua solvência financeira no longo prazo; Projetos nas Áreas Organizacional, Atuarial, Jurídica e Financeira.

PREVIDÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

A Reforma da Previdência veio introduzir mudanças nos sistemas de previdência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, instituindo o Regime de Previdência do servidor público.

Tais mudanças se devem ao fato de que a Constituição Federal de 1988, dentro do princípio da Autonomia Municipal, permitiu e autorizou, não só em âmbito Estadual e Municipal, como em diversos poderes, a implantação de seus Regimes Próprios de Previdência, ao adotarem o Regime Jurídico Único Estatutário, cujo custeio podia ser partilhado entre as partes (órgãos públicos e servidores) conforme disposto no artigo 149 da mesma, rompendo assim o vínculo com o INSS.

A ausência de uma legislação que fiscalizasse esses Regimes permitiu a proliferação de diversos Regimes sem o devido embasamento jurídico-financeiro-actuarial, o que ocasionou o financiamento de planos de benefícios com natureza assistencial e previdenciária, tendo resultado na inviabilidade financeira dos mesmos. Alguns até romperam o vínculo com o INSS e não recolheram a contribuição devida ao Fundo, ficando os cofres públicos com o encargo dos benefícios.

Essa situação tornou-se insustentável em longo prazo, pois, por força de Lei, Estados e Municípios não podem comprometer mais que 60% da arrecadação com Despesa de Pessoal Total. Tal comprometimento inviabiliza o pagamento de

futuras aposentadorias, causa deterioração da remuneração dos ativos, bem como a capacidade de investimento em áreas prioritárias como educação e saúde.

Considerando a necessidade de transparência, segurança, confiabilidade, solvência e liquidez dos Regimes Próprios de Previdência, é que, em 28/11/98, foi promulgada a Lei 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência, a qual foi complementada pela Portaria MPAS nº 4.992 de 1999. Os entes públicos encontram-se, pois, sob forte pressão para adequar seus Regimes Próprios de Previdência aos critérios jurídico, atuarias, financeiros e organizacionais estabelecidos pela nova legislação em vigor. A recente aprovação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também vai à direção de estimular Estados e Municípios a colocarem o sistema de previdência de seus servidores em bases financeiras e atuarias mais sólidas, de modo a garantir a solvência de longo-prazo.

2. OBJETIVO

O objetivo é a prestação de serviços de análise atuarial e estudo jurídico para os Municípios, relativos à estruturação e à regularização dos seus Regimes Próprios de Previdência Social.

3. ESCOPO DO PROJETO

A consultoria a ser prestada pela FIP inclui os seguintes serviços:

- Avaliação atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios em conformidade com a Portaria nº 7.796 de 28/09/2000, contendo no mínimo, as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, o Plano Anual de Custeio e o Parecer Atuarial conclusivo.
- Análise da Legislação previdenciária do Município para elaboração do Anteprojeto de Lei que definirá a organização do novo Sistema, de maneira a atender a Legislação Federal (Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, Lei Federal nº 9.717 de 27/11/98 e Portarias do Ministério da Previdência e Assistência Social), reformulando todo o Sistema de Previdência do Município.
- Apresentação e discussão dos resultados das análises e estudos acima mencionados com os gestores previdenciários de cada município.

4. METODOLOGIA

A - ÁREA JURÍDICA:

I - ANÁLISE E CONSISTÊNCIA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Nesta fase, serão realizadas a pesquisa, a compilação e a análise crítica da consistência de todas as informações fornecidas pelo **ENTE**, no tocante à legislação e a outros dispositivos considerados necessários e indispensáveis à realização dos trabalhos:

a) análise das normas que regulam os compromissos previdenciários do **ENTE**, para verificação do direito aplicável a cada servidor e segmento de servidores, identificando direitos adquiridos, expectantes e expectados;

b) estudo e análise crítica das informações preliminarmente obtidas, verificando a sua adequação em face das normas constitucionais e, dependendo do caso, das leis municipais, estaduais e federais aplicáveis, bem como dos dispositivos regulamentares correspondentes, notadamente os que regem a sistemática dos fundos de aposentadoria, pensões e benefícios para as diversas categorias profissionais e funcionais vinculadas ao **ENTE**;

c) análise das informações cadastrais e outras disponibilizadas pela área de recursos humanos de cada município, relativas à massa de servidores, tais como: quadro de cargos e salários, vantagens, e outros

dados que direta ou indiretamente possam influenciar nos valores dos benefícios previdenciais;

d) solicitação de esclarecimentos e complementação de informações para ajustes na base de dados, com o objetivo de realizar estudos que irão subsidiar a Área Atuarial nas projeções atuariais.

II - ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Nesta fase, Anteprojetos serão modelados e, para tanto, as seguintes atividades serão desenvolvidas:

- a) levantamento das questões controversas, com reflexo nos trabalhos, se for o caso, e indicação dos respectivos efeitos e conseqüências na implantação do novo sistema de previdência, tais como:
 - a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada e a compensação financeira entre os sistemas de previdência, consoante a previsão do parágrafo 2º do art. 202 da Constituição da República;
 - os cargos em extinção, em comissão, dos não efetivos com estabilidade, e outras categorias não previstas na legislação geral;
 - os limites constantes na legislação, que inicialmente são difíceis ou até impossíveis de serem atendidos.

- b) introdução no anteprojeto de instrumentos jurídicos que protejam os recursos do sistema previdenciário contra a sua aplicação indevida ou inadequada, procurando conferir ao sistema perenidade conceitual e técnica;
- c) manifestação sobre viabilidade técnica e jurídica para implantação de um sistema de previdência complementar ao sistema de previdência próprio;
- d) levantamento de expectativas quanto à gestão do plano de benefícios previdenciais, de modo a ser definido o seu órgão gestor, se um instituto já constituído ou outro a ser criado de acordo com a estrutura jurídica que vier a ser definida;
- e) elaboração das minutas dos projetos de lei, de portarias e de outras normas regulamentadoras que sejam necessárias à implementação ou adaptação do plano de benefícios, com observância dos estudos elaborados pelas demais áreas envolvidas no projeto.

III - ESCLARECIMENTOS SOBRE A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

No final do projeto, poderão ser prestados os esclarecimentos jurídicos necessários à perfeita e completa execução dos serviços contratados, de modo a oferecer suporte para as áreas internas do **ENTE**, no que se refere às questões jurídicas atinentes à implantação do sistema próprio de previdência.

IV - PROJETO FINAL DA ÁREA JURÍDICA

Após as discussões sobre os anteprojetos serão elaborados os produtos a serem apresentados ao legislativo, referentes à instituição do sistema próprio de previdência.

B - ÁREA ATUARIAL

Os estudos atuariais tomando-se por base o cadastro dos servidores, e a Lei Orgânica da Previdência dos Servidores do **ENTE** serão desenvolvidos seguindo critérios internacionalmente aceitos. Os dados porventura inconsistentes serão substituídos por outros, a critério do Atuário, com base em outras experiências de mercado, que objetivarão fornecer os dados necessários ao equilíbrio atuarial do sistema.

Para tanto, resumidamente, as seguintes etapas serão desenvolvidas:

- a) análise crítica dos dados disponibilizados, relativos à massa de segurados, mediante série de testes de consistência a fim de assegurar a confiabilidade e exatidão dos resultados;
- b) solicitação de esclarecimentos e complementação de informações para ajustes na base de dados, se for o caso, com o objetivo de realizar o estudo que demonstrará a distribuição do contingente por faixa salarial, tempo de serviço, por faixa etária, sexo, velocidade anual de aposentadorias, pensões e fluxo provável das despesas com o pagamento de pensões e aposentadorias;
- c) processamento da Avaliação Atuarial objetivando avaliar o custo do Plano de Benefícios, com base nas premissas adotadas por esta Assessoria;
- d) verificação da adequação do Plano de Custeio vigente com relação ao Plano de Benefícios do Sistema de Previdência;
- e) análise do custo dos benefícios avaliados pelo regime de repartição simples anual (orçamentário) e pelo regime de capitalização;
- f) apuração dos valores a amortizar correspondentes aos compromissos especiais, se existirem;

- g) cálculo das reservas matemáticas e de outros fundos de natureza atuarial, referente aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, se for o caso;
- h) apresentação do custo real do plano, considerando todas as condições atuais da massa de servidores;
- i) o estudo das alternativas consideradas viáveis sob todos os aspectos envolvidos, submetidas a simulações matemático-atuariais que demonstrem as evoluções prováveis para o contingente de segurados e para a massa salarial a eles afetas, englobando os salários, as aposentadorias e as pensões, inclusive as futuras provenientes do contingente de ativos e de aposentados;
- j) Escolha do Plano de Custeio tendo em vista os diferentes cenários, dando assim alternativas de custeio que se ajustam a capacidade do Município e de seus Servidores.

Detalhando essas mesmas atividades da Área Atuarial, temos:

I - ANÁLISE, CONSISTÊNCIA E COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Nesta fase, serão realizadas a pesquisa, a compilação e a análise crítica da consistência de todas as informações fornecidas pelo **ENTE**, consideradas necessárias e indispensáveis à realização dos trabalhos.

As eventuais complementações de dados serão objeto de diligências e levantamentos a cargo dos técnicos da **Área Atuarial** e de solicitação específica ao **ENTE** para possibilitar a finalização conclusiva e confiável dos estudos correspondentes.

A **Área Atuarial** ficará na dependência de análises que serão alimentadas pela área Jurídica, motivo pelo qual estão também incluídas essas análises:

- análise das normas que regulam os compromissos previdenciários do **ENTE**, para verificação do direito aplicável a cada servidor e segmento de servidores, identificando direitos adquiridos, expectantes e expectados; (Área Jurídica)
- estudo e análise crítica das informações preliminarmente obtidas, verificando a sua adequação em face das normas constitucionais e, dependendo do caso, das leis municipais, estaduais e federais aplicáveis, bem como dos dispositivos regulamentares correspondentes, notadamente os que regem a sistemática dos fundos de aposentadoria, pensões e benefícios para as diversas categorias profissionais e funcionais vinculadas ao **ENTE**; (Área Jurídica)
- análise crítica dos dados cadastrais e informações disponibilizados, relativos à massa de servidores, mediante série de testes de consistência a fim de assegurar a confiabilidade e exatidão dos resultados;
- solicitação de esclarecimentos e complementação de informações para ajustes na base de dados, com o fim de realizar estudo demonstrando a

distribuição do contingente por faixa salarial, tempo de serviço (público e privado), por faixa etária, sexo, velocidade anual de aposentadorias, pensões e fluxo provável das despesas com o pagamento de pensões e aposentadorias.

II - IDENTIFICAÇÃO DOS COMPROMISSOS E RECURSOS DO SISTEMA

Nesta etapa, será analisado um modelo previdenciário inicial do **ENTE**, para posteriormente compará-lo com as diversas soluções, objetivando a busca de um modelo ideal de previdência.

Incumbirá à **Área Atuarial** em processar um estudo atuarial adotando-se bases:

- Tábuas Biométricas
- Entrada de Gerações Futuras
- Taxas de Juros
- Capacidade Salarial e de Benefícios
- Taxas de Crescimento Salarial e de Benefícios
- Crescimento da Massa de Servidores
- reposição de falecidos, inválidos e aposentados (idade/remuneração)
- reposição de ativos (com crescimento ou decrescimento da massa)
- Regimes Financeiros

A massa de servidores e conseqüentemente os resultados do processamento atuarial poderão ser visualizados da seguinte forma:

Três grandes Grupos:

Os **Inativos**, englobando os aposentados por tempo de serviço ou contribuição, idade, especial, professor, invalidez e outras categorias com benefício diferenciado;

Os **Pensionistas**, englobando os dependentes de servidores falecidos e em gozo de um benefício de pensão;

Os **Ativos**, contemplando os Servidores em atividade laboral e que mantém vínculo com o **ENTE**.

No grupo de **Ativos** temos a seguinte subdivisão:

- **Ativos Atuais:** Servidores em atualmente estão em atividade laboral.
- **Ativos Futuros:** Servidores que serão incorporados ao quadro (massa virtual) em substituição aos Ativos Atuais que irão se aposentar ou que irão falecer.

No grupo de **Inativos** temos a seguinte subdivisão:

- Aposentados Atuais, exceto por invalidez, que se encontram em gozo de benefício
- Aposentados por Invalidez Atuais que se encontram em gozo de benefício

- Aposentados Futuros, exceto por invalidez, oriundos do grupo dos Ativos Atuais e oriundos dos Ativos Futuros
- Aposentados por Invalidez Futuros oriundos do grupo dos Ativos Atuais e oriundos dos Ativos Futuros

No grupo de **Pensionistas** temos a seguinte subdivisão:

- Pensionistas Atuais que se encontram em gozo de benefícios
- Pensionistas Futuros oriundos dos Aposentados Atuais e dos Aposentados por Invalidez Atuais
- Pensionistas Futuros oriundos dos Ativos Atuais e Ativos Futuros (morte em atividade)
- Pensionistas Futuros oriundos do grupo dos Aposentados Futuros e dos Aposentados por Invalidez Futuros, todos oriundos dos Ativos Atuais e Ativos Futuros

III - ELABORAÇÃO DE ALTERNATIVAS TECNICAMENTE VIÁVEIS

A **Área Atuarial** promoverá o estudo atuarial das alternativas de modelos de previdência técnica e financeiramente viáveis, considerados, em conjunto com as outras áreas envolvidas no projeto, adequados às possibilidades, circunstâncias e perspectivas econômicas e políticas do **ENTE**.

Na elaboração das alternativas, poderão ser estudadas soluções que considerem as experiências nacionais e internacionais, e que prestigiem a natureza, a especificidade e a evolução dos compromissos previdenciários do **ENTE**.

Por isto, deverão ser elaborados ensaios técnicos que simulem os cenários considerados prováveis, com a manutenção das atuais regras legislativas aplicáveis, nas esferas constitucional e ordinária, municipal, estadual e federal.

IV - ESTUDO DAS HIPÓTESES DE CADA ALTERNATIVA

Nesta fase, serão testadas as alternativas consideradas viáveis anteriormente, em diversas hipóteses de custeio, compreendendo:

- o estudo das alternativas consideradas viáveis sob todos os aspectos envolvidos, submetidas a simulações matemático-atuariais que demonstrem as evoluções prováveis para o contingente de servidores e para a massa salarial a eles afetas, englobando os salários e as aposentadorias, inclusive por tempo de serviço, por idade, por invalidez, especial e os futuros pensionistas provenientes do contingente de ativos e de aposentados; e
- a estimativa das contribuições necessárias a serem vertidas pelos servidores e pela Administração, para a formação de fundos e reservas necessários ao cumprimento dos encargos previdenciários do **ENTE**.

Os estudos compreenderão o tratamento diferenciado ou conjunto para a massa de beneficiários já em gozo de benefícios (aposentados e pensionistas), os atuais servidores em atividade e aqueles que futuramente ingressarem na atividade pública.

As hipóteses atuariais poderão contemplar, entre outros aspectos, a evolução demográfica e o crescimento do contingente de pessoas abrangidas pela previdência.

Serão realizados, também, estudos estatísticos quanto à probabilidade de sobrevivência, mortalidade, invalidez e morbidez afeta à massa de servidores analisada, e, da mesma forma, a solidariedade de gerações e as taxas de retorno financeiro farão parte dos estudos desenvolvidos nesta fase.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaboradas as alternativas, identificar-se-á aquela que melhor satisfaça as necessidades do **ENTE**, sob todos os aspectos envolvidos, tanto técnicos quanto políticos, adotando-se, depois, as providências necessárias à sua instituição e permanente viabilidade técnica, conceitual e econômica.

C - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das avaliações atuariais e dos estudos jurídicos serão encaminhados aos Municípios e ao Governo do Estado à medida que forem sendo completados. Os gestores previdenciários dos municípios poderão obter esclarecimentos a respeito destes estudos junto aos consultores da FIP de duas maneiras: (a) realização de reuniões em alguma cidade-pólo do Estado, reunindo um número mínimo de oito Municípios por evento; e (b) consultas telefônicas ou por meio de correio eletrônico. No primeiro caso, a FIP enviará para a cidade-pólo dois consultores (um atuarial e outro jurídico), os quais dedicarão duas horas de consultoria para



cada Município inscrito no evento. No segundo caso, o gestor municipal terá suas dúvidas esclarecidas por telefone ou correio eletrônico pelos consultores da FIP. Aqui também serão alocadas duas horas de consultoria para cada município.

ANEXO
BASE DE DADOS - CADASTRO DE SERVIDORES ATIVOS

DENOMINAÇÃO	CONTEÚDO	FORMATO	OBSERVAÇÕES
MATRICULA	Registro ou n° de prontuário	C	Obrigatório
PATROC	Código da Entidade (Administração Direta, Indireta ou Funcional)	C	Obrigatório
TIPO_ORGÃO	Classificação do Órgão: (1) Gabinete (2) Secretaria (3) Administração Regional (4) Órgão Relativamente Autônomo (5) Autarquia (6) Fundação (7) Empresa Pública (8) Sociedade de Economia Mista (9) Outros	N	Obrigatório
DESCR_ORGÃO	Descrição do Órgão (P.e.: DETRAN, TERRACAP, SECRETARIA DE OBRAS)	C	Obrigatório
DT_NASCTO	Data de nascimento	D	Obrigatório
SEXO	(M) masculino (F) feminino	C	Obrigatório
EST_CIVIL	Estado Civil: (0) solteiro (1) casado (2) viúvo (3) desquitado/divorciado	N	
DT_ADM	Data de admissão	D	Obrigatório
SALCONTR	Parcelas remuneratórias sobre as quais incidam as contribuições previdenciárias	N	Obrigatório
REMUNER	Remuneração total	N	Obrigatório
TIPO_ATIV	Tipo de atividade: (1) atividade comum (2) professor (3) atividade especial (penosa, insalubre, perigosa)	N	Obrigatório
T_INSS	Tempo de filiação ao RGPS anterior à posse no serviço público. Informar em anos, meses e dias na data de posse.	N	Obrigatório
T_REGIMES	Tempo de filiação em outros regimes previdenciários (Indicar o regime e o tempo em anos, meses e dias em cada regime)	N	Obrigatório
RES_COMP	Valor do Montante de contribuições para efeito de Compensação Financeira pelo INSS (lei 9.796 de 5/5/1999)	N	

DENOMINAÇÃO	CONTEÚDO	FORMATO	OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	Categoria do Servidor (1) Servidores Não Efetivos (Cargo em Comissão, Celetista etc.) (2) Servidor Efetivo	N	Obrigatório
TEMP_APOS	Estimativa de tempo para a aposentadoria programada do Servidor	N	Obrigatório (se houver)
DT_BENINSS	Data de início do benefício	D	Obrigatório para Servidor em atividade que já perceba um benefício pelo Regime (Próprio ou RGPS)
TIPO_BEM	Tipo do Benefício: (1) Tempo de Serviço (2) Professor (3) Especial (4) Idade	N	Obrigatório para Servidor em atividade que já perceba um benefício pelo Regime (Próprio ou RGPS)
VR_BENINSS	Valor do benefício na data base	N	Obrigatório para Servidor em atividade que já perceba um benefício pelo Regime (Próprio ou RGPS)

OBSERVAÇÕES:

- (1) Nome do arquivo: ATIVXXYY (XX = ano, YY = mês). Utilizar preferencialmente arquivos DBASEIII(.DBF) em disquetes de 3 1/2" ou 5 1/4". Não sendo possível, utilizar arquivos TEXTO (.TXT) acompanhados de descrição detalhada.
- (2) FORMATO: C = Campo Caracter / N = Campo Numérico / D = Campo Data.
- (3) Indicar a base (MÊS/ANO) na etiqueta de identificação do disquete.

EXCELÊNCIAS

ÁREA DE EDUCAÇÃO:

Laboratórios de Informática

implantação e instalação de laboratórios de informática em de ensino da Diretoria de Educação Municipal da Prefeitura;

instrumentalização dos professores para a utilização de ferramentas e recursos de tecnologia de informação, através da prestação de serviços técnicos especializados e de consultoria técnico pedagógica processados de modo informatizado.

Certificados de Tecnologia (Inclusão Digital)

Certificação ICDL: é uma certificação em Tecnologias de Comunicação e Informação para o utilizador que define rigorosamente as competências necessárias para uma participação eficaz e produtiva na Sociedade da Informação. É um padrão reconhecido internacionalmente que garante que o seu detentor possui os conhecimentos e

aptidões necessárias para utilizar as aplicações de computador mais correntes, num mercado de trabalho em constante evolução.

Capacitação Pedagógica

Prestação de serviços técnicos pedagógicos de Projeto de capacidade e treinamento utilizando recursos de informática Educacional aos professores da rede municipal, em laboratório de informática, com os instrumentos adequados à produção de aulas e trabalhos voltados à facilitação da passagem do conteúdo pedagógico, de acordo com metodologia previamente definida.

ÁREA DE TECNOLOGIA:

Governo Eletrônico (E-GOV)

A sigla E-GOV é mundialmente utilizada para apelidar o conceito apresentado, que reúne os seguintes objetivos básicos:

Melhorar a qualidade e a rapidez na prestação dos serviços públicos; Melhorar o controle dos recursos públicos, simplificando a estrutura governamental;
Implementar Transparência nas ações governamentais;
Trabalhar o crescente problema da infoexclusão;
Devolver / Enfatizar a credibilidade às instituições públicas.
Aumentar a eficiência, reduzindo custos.

Sistemas de Controle Publicitário

Prover o Município com um Sistema de Controle, Fiscalização e Cobrança relativo as propagandas publicitárias existentes no Município, bem como a atualização do cadastro de anunciantes, emissão de guias das taxas de anúncio e fiscalização, emissão de guia de multas e cobrança de inadimplentes.

Sistemas de Gestão de Tributos

Sistema de Gestão de ISS possibilita que o Município conte com um Sistema de Gestão de Tributos integrado com tecnologia de Internet, para que as empresas ou contribuintes possam de maneira mais fácil informar o fisco a respeito de informações de ISS, através de um Sistema integrado com Internet, facilitando sobremaneira tanto o acesso a informação como quanto a coleta e aquisição de dados.

Sistemas de Gestão de Saúde

FIP-HC - Health Care - atua na informatização de redes de atendimento à saúde pública com foco principal nas funções de atendimento, que estão divididas em três modalidades: Pronto Socorro, Ambulatório e Internação. Nestes módulos são registradas todas as informações sobre o atendimento ao paciente, desde a sua chegada na recepção, consulta médica e encaminhamento ou liberação. Tudo fica armazenado em um prontuário único, que registra todas as passagens do paciente em qualquer uma das unidades interligadas à rede de atendimento.

Sistemas Teleporto Digital

O projeto do Teleporto Digital compreende uma visão urbanística/imobiliária acrescida da Tecnologia da Informação como fonte de valor objetivando valorizar/ocupar uma região.

Sistemas de Telemetria

Objetiva-se, através da criação de um Centro de Operações de Telemetria, monitorar consumos de água, luz, etc remotamente através de sensores espalhados.

Sistemas de Controle de Perímetro (Físico e Lógico)

CFTV
Barreiras
Monitoramentos

Sistemas de Controle de Acesso de Pessoas (Físico e Lógico)

Modelo de Acesso; Pontos de Acesso; Monitoramentos
Integração com Receita Federal e Polícia Federal

Sistemas de Controle de Acesso de Veículos (Físico e Lógico)

Modelo de Acesso; Pontos de Acesso; Monitoramentos

Sistemas de Controle de Acesso de Cargas (Físico e Lógico)

Modelo de Acesso; Pontos de Acesso; Monitoramentos

Sistemas de Controle de Acesso de Embarcações (Físico e Lógico)

Modelo de Acesso; Pontos de Acesso; Monitoramentos

Sistemas de Identificação (Físico e Lógico)

Modelo de Identificação; Segregação das Áreas;
Monitoramentos;

Infraestrutura

Centro de Controle Operacional

Centralização de todos os controles; Alarmes;
Monitoramento; Acesso; CFTV; Radar (VTMIS); Auditoria.

Elaboração de Relatório contendo o levantamento do Parque Tecnológico de propriedade da Prefeitura e suas respectivas Secretarias.

Avaliar o parque tecnológico pertencente à Prefeitura, fazendo um estudo global do que foi encontrado e suas respectivas contrapartidas com o Plano Diretor de Informática (Planejamento de Tecnologia da Prefeitura) visando sua adequação aos conceitos de tecnologia.

ÁREA DE TRANSPORTE

Desenvolvimento e implantação de um sistema de controle de posicionamento de ônibus, que possa controlar em toda a frota do município e que atenda aos requisitos da Secretaria de Transportes, com respeito à confiabilidade e compatibilidade com sua estrutura operacional.

Os serviços completos, compreendem as seguintes etapas: Projeto do sistema; Seleção e integração dos equipamentos (hardware); Implantação do C.C.O. e redes de comunicação; Instalação de protótipos e fase de testes operacionais; Instalação dos equipamentos embarcados, no restante da frota.

Projeto em Implantação de Terminais, Corredores e C.C.O. (Centro de Controle Operacional).

Os serviços completos, compreendem as seguintes etapas: Projeto do sistema; Financiamento junto a órgão de fomento; Implantação

ORGANIZAÇÃO

Conselho Curador

Carlos Hiroiti Yoshitake
João Batista Mendes
Marcelo Marinho Veltri
Gert Hermann Reichert
Álvaro Augusto Neto

Diretoria

Presidente

Ubirajara Candido dos Santos

Diretor Técnico

Dante Tamberlini Neto

Diretor Administrativo

João Carlos Serrano

Diretor de Relações Institucionais

Waldomiro da Cruz Moreira



PRINCIPAIS CLIENTES

Banco do Brasil S/A;

Câmara Municipal de Guarulhos;

Canal Comunitário;

Coca-Cola - Goiânia;

Fundação Rotarianos - Colégio Rio Branco;

Governo do Estado de São Paulo;

Polícia Militar;

Prefeitura Municipal de Assis

Prefeitura Municipal de Barretos

Prefeitura Municipal de Barueri

Prefeitura Municipal de Cotia

Prefeitura Municipal de Cubatão

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Miguelópolis

Prefeitura Municipal de São Bernardo



Prefeitura Municipal de São Paulo

Rede Globo de Telecomunicações;

Rede Mulher de Televisão;

Secretaria de Estado de São Paulo da Cultura;

Secretaria do Estado de São Paulo da Saúde;

Secretaria do Estado de São Paulo do Bem Estar Social;

Secretaria do Estado de São Paulo do Emprego e Relações
do Trabalho.

Secretaria Municipal da Educação;

Secretaria Municipal da Saúde;

Secretaria Municipal do Trabalho - São Paulo

SEME - Secretaria Municipal de Esportes;

SEMPA - Secretaria Municipal do Planejamento;

Silicon Graphics;

CURRICULA

MEMBROS

Professores (curriculum vitae resumido)

Adinan de Souza

Doutorando: Automação - Mecatrônica

Mestre em Engenharia/ Automação/Mecatrônica

Engenheiro Mecânico - UNESP

Especialista em Administração de Recursos de T.I.

Antonio Carlos Oliveira Amorim

Mestrado profissional em Engenharia de Software e Redes de Computadores

Bacharel em Física

Especialista em Engenharia de Software

Antonio Carlos Tonini

Mestre em Tecnologias de Gerenciamento e Desenvolvimento de Sistemas

Especialização em Gestão Qualidade e Produtividade

Especialista em Tecnologias Avançadas de Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas

Adicinéia Aparecida de Oliveira

Mestre em Administração

Pós-Graduação Latu-sensu em Projeto de Sistemas

Graduação em Administração de Empresas

Especialista em Desenvolvimento de Sistemas Orientados a Objetos

Adenilson Roberto da Silva

Doutor em Engenharia e Tecnologias Espaciais pelo INPE
Mestre em Engenharia e Tecnologias Espaciais

Álvaro Augusto Neto

Doutorando em Computação Aplicada no INPE
Mestre em Ciências na Área de Informática pelo ITA.
Engenheiro Civil pela E.E.Mauá

Carlos Hiroiti Yoshitake

Pós-Graduação em Análise de Sistemas - Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado (FECAP)
Graduação em Análise de Sistemas pelo ITA
Especialista em Desenvolvimento de Sistemas Orientados a
Objetos

Clovis Ferreira dos Reis

Mestrado em Planejamento Empresarial
Pós-graduação em Análise de Sistemas
Formação básica de Oficial do Exército com ênfase em
Processamento de Dados
Especialista em administração de redes, Internet, Intranet e
Extranet

Cesar Accioli Vieira

Graduação em Análise de Sistemas
Mestrado na área de Tecnologia de Informação
Especialista em Gestão de Projetos de Desenvolvimento de
Software

Dailton Filipini

Mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV
Graduação em Administração de Empresas pela FGV
Especialista em Comércio Eletrônico e Gerência de Negócios

Francisco Agustin Machado Echalar

Doutor em Ciências na Universidade Paris 12 Val-de Merne
(revalidado pela USP)

Engenheiro Mecânico pela Escola Politécnica da USP

Especialista em Telecomunicações

Francisco das Chagas Carvalho

Doutorando - INPE

Mestre pelo ITA

Especialista em Sistemas de Gestão Empresarial (ERP)

Hélio Engholm Jr.

Doutorando na área de Aerodinâmica de Propulsão

Mestrado - ITA - Militar -Curso de Preparação de Oficiais da Reserva

Especialista em Administração de Recursos de

Telecomunicações

Ijar Milagre da Fonseca

Doutor em Engenharia Mecânica

Mestre em Engenharia Mecânica

Especialista em Gestão e Planejamento de Negócios na Internet

João Alexandre Magri

Mestrado- Engenharia de Estruturas

Graduação- Engenharia Civil

Especialista em Sistemas de Banco de Dados

José Carlos Vitorino

Mestrando em Ciência da Computação- USP/IME

Mestrando em Redes de Computadores- USP/IPT

Bacharel em Matemática

Especialista em Redes de Computadores - Segurança de Redes

José Ernesto de Araújo Filho

Mestre em Ciências pelo ITA

Especialista em Gestão do Conhecimento com T.I.; ERP

José Zakir Júnior

Graduado: Engenharia Eletrônica (ITA)

Mestre: Engenharia de Sistemas (Informática)

Mestrando em Administração: 1994

Especialista em Segurança e Desenvolvimento de Sistemas

Jorge Fernando Maxnuck Soares

Mestrado em Administração de Empresas e Marketing

Engenharia Eletrônica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Segurança

Especialista em Segurança de Sistemas

Jorge Reixach Blanes

Mestrado em Administração de Empresas

Curso Pós Graduação -Economia-Engenharia Econômica

Bacharel em Ciências Contábeis

Especialista em Gestão Administrativa

Luiz Carlos Stolf

Doutorado em Administração pela FGV

Mestrado em Administração pela FGV

Especialização em Administração- CEAG - FGV

Especialista em Gestão em Administração

Luiz Claudio Massoler Guimarães

Mestrado em Sistemas e Computação

Curso Básico para Oficiais

Curso de Aperfeiçoamento de Eletrônica
Curso Superior em Ciências Navais
Especialista em Engenharia de Software

Marcelo Marçula

Mestre em Engenharia de Produção
Pós- graduação “Latu Sensu” em Análise e Projeto de
Sistemas
Engenharia Elétrica,
Especialista em Gestão do Conhecimento com T.I.

Marcio Bueno dos Santos

Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo INPE
Mestre em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo INPE
Engenheiro Químico
Especialista em

Marcio Nunes

Graduação em Engenharia Mecânica
Mestrado em Mecânica
Especialista em Sistemas de Criptografia

Mario Cesar Ricci

Doutor em Ciência Espacial/ Mecânica Espacial pelo INPE
Mestre em Ciência Espacial/ Mecânica Espacial pelo INPE
Pós- Graduação em Mecânica Fina
Engenheiro Mecânico pela USP
Especialista em Sistemas de Criptografia

Noêmio Xavier da Silveira Filho

Mestre em Educação.
Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade
Mackenzie
Especialista em Projetos de Desenvolvimento de Software

Paula Frassinetti Cavalcante

Graduada em Engenharia Mecânica
Mestranda na área de Projeto Mecânico
Doutorado em Projeto Mecânico
Especialista em Administração de Recursos em T.I.

Pio Armando Benini Filho

Mestre em Engenharia da Produção Formado em
Administração de Empresas com ênfase em Análise de
Sistemas pela FASP

Waldomiro Guimarães Filho

Curso de Desenvolvimento de Produtos utilizado-se
ferramentas avançadas (IPT-USP)
Especializações em Planejamento e Desenvolvimento de
Produtos (AEA), Noções de Computação I - (USP),
Introdução à Teoria do Fractais (USP), Engenharia e Análise
de valor nas Atividades de Projetos (AEA)
Tecnólogo em Processamento de Dados pela UNIB;
Especialista em Tecnologia da Internet

Walter de Britto Vidal Filho

Pós-Graduação : Mecatrônica
Doutorando Escola Politécnica da USP (Em andamento)
Mestre em Engenharia Mecânica - Automação Industrial pela
PUC-RJ
Engenheiro Mecânico pela UFPe
Especialista em Gestão de Sistemas de Banco de Dados

Manoel Vidal Castro Melo

Doutor em Informática pela FESP/SP
Mestre em informática pela:FESP/SP
Bacharel em economia pela: PUC/SP
Qualificações Profissionais: 30 anos de atuação na área de
Informática, Empresa Pública e Privada, ocupando todos os
cargos na área.

Ubirajara Candido dos Santos

Especialista em Administração de Empresas pela FGV

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

Qualificações Profissionais: 30 anos de atuação nas áreas de Organização de Sistemas e Métodos; Mesbla, Camargo Corrêa e Sandoz. Durante 8 anos, empresário na área de Feiras e Eventos de Informática.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A legislação vigente no Brasil estabelece condições expressas de isenção de licitação para a contratação da FIP.

Se a pretensão for com dispensa de procedimento licitatório para contratação de associação sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, todo o fundamento jurídico-filosófico da autorização para afastar a licitação é justa e unicamente o fato de ser instituição voltada ao ensino e pesquisa.

Os objetivos estatutários da FIP e sua ampla experiência asseguram às entidades contratantes a certeza de bons resultados.

Esta condição permite às entidades públicas contratar serviços com dispensa de licitação, como prescreve a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, em seu artigo 24.

A FIP atende perfeitamente os requisitos essenciais previsto no inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, que reza:

“(...) **Art. 24** - É dispensável a licitação”(…)

“(…)XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.(…)”

Isso já a credencia para a contratação, além da qualificação técnica e da idoneidade comprovadas por certificações que serão apresentadas.